

Mesmo sem Transwolff, SP atende bairros da ZL e ZS

133 linhas de ônibus eram administradas pela Transwolff

Da Redação

Três dias depois do anúncio oficial da Prefeitura de São Paulo sobre a caducidade dos contratos da Transwolff, a operação das linhas permanece estável e sem impactos para a população. O decreto, publicado no Diário Oficial na última sexta-feira (5), rompeu formalmente o vínculo com a concessionária e consolidou a transferência completa da administração dos serviços para a SPTrans. A medida, segundo a gestão municipal, garante continuidade operacional, preservação de empregos e segurança jurídica ao sistema de transporte da capital.

Desde a publicação do decreto, a rotina de quem utiliza as 133 linhas anteriormente administradas pela Transwolff segue inalterada. A Prefeitura destaca que os cerca de 555 mil passageiros atendidos diariamente não enfrentaram mudanças em horários, frota ou itinerários. A manutenção dos salários, benefícios e postos de trabalho também foi assegurada, bem como os pagamentos a fornecedores, garantindo que toda a estrutura necessária ao funcionamento das linhas continue ativa.

A decisão encerra de forma definitiva um ciclo que já estava em transição desde abril de 2024, quando a empresa passou a ser administrada pela SPTrans por determinação judicial.

A intervenção foi instaurada após ação do Ministério Público apontar irregularidades e solicitar o afastamento da antiga diretoria. Com a gestão municipal já responsável pela operação no dia a dia, o decreto apenas formalizou uma situação que vinha sendo conduzida na prática. A Prefeitura lembrou que a substituição da Transwolff já havia sido anunciada em janeiro de 2025, como parte de um processo de reestruturação do transporte coletivo. Em julho, um Grupo de Trabalho foi criado para analisar alternativas de transferência dos direitos contratuais para outra empresa do sistema. No entanto, diante do descumprimento de obrigações e da impossibilidade de continuidade sob as regras da concessão, a administração optou pela caducidade como solução definitiva. A Prefeitura afirma que o controle direto sobre a operação permite maior transparência na gestão financeira e mais segurança para usuários e trabalhadores. Além disso, evita



Divulgação/Transwolff

Cerca de 555 mil passageiros eram atendidos por dia pela Transwolff



Divulgação/Transwolff

Prefeitura assegurou a manutenção dos salários

incertezas jurídicas e organizacionais que poderiam comprometer o funcionamento do serviço em regiões que dependem fortemente das linhas afetadas.

Reorganização

O Executivo municipal reforça ainda que a decisão faz parte de um plano mais amplo de reorganização do transporte público, com ênfase no aprimoramento das concessões e na ampliação da supervisão sobre as operadoras. Com o decreto consolidado e a operação estabilizada ao longo dos últimos dias, a administração avalia que o sistema segue funcionando com normalidade e que a transição se deu sem prejuízos à população. Para a Prefeitura, o objetivo é assegurar previsibilidade, preservar empregos e

garantir que o passageiro continue sendo a prioridade central dessa mudança. Além disso, a Prefeitura garantiu que manterá o pagamento de salários, benefícios dos funcionários e compromissos assumidos com fornecedores, preservando o funcionamento da estrutura operacional que atende a Zona Sul da capital. A Transwolff estava sob intervenção judicial desde que o Ministério Público acionou a Justiça para afastar os gestores da companhia.

A Prefeitura já havia anunciado, em janeiro de 2025, que trabalhava na substituição da operadora, diante de irregularidades apontadas no cumprimento do contrato. Em julho, um Grupo de Trabalho foi instituído para analisar a viabilidade de repassar os direitos de

concessão para outra empresa do setor. Porém, após meses de estudos e diante do descumprimento de obrigações contratuais, a administração concluiu que a caducidade era a alternativa necessária para garantir estabilidade ao sistema.

Segurança jurídica

O decreto de caducidade também busca fortalecer a segurança jurídica do transporte público paulistano e impedir que impasses administrativos comprometam a oferta do serviço. Com a SPTrans assumindo o controle total, a Prefeitura afirma que conseguirá assegurar maior transparência, rigor na gestão financeira e continuidade da prestação à população, especialmente em regiões que dependem fortemente das linhas afetadas. A decisão ainda reforça o plano da Prefeitura de reorganizar o transporte coletivo da cidade, ampliando a fiscalização no setor.

A Prefeitura destacou que a prioridade é proteger o usuário, manter os trabalhadores empregados e garantir que as linhas operem com a regularidade necessária. Com a caducidade, o município consolida o processo iniciado pela intervenção e afasta de forma definitiva a antiga operadora, estruturando uma transição que garante que nenhum passageiro possa ser prejudicado na cidade.

Mototáxis em SP: pedido de vista adia votação

A regulamentação do transporte individual remunerado por motocicletas em São Paulo ganhou um novo capítulo após a CCJ (Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa) se reunir extraordinariamente para analisar o PL 1487/2025, elaborado pela Comissão de Trânsito da Câmara Municipal.

Adiamento

A proposta, que estabelece regras para o funcionamento dos mototáxis na capital, recebeu pedido de vistas do vereador Lucas Pavanato (PL) e, por isso, não chegou a ser votada. O projeto disciplina o uso do viário urbano para a exploração do transporte de passageiros por motocicleta, modalidade que voltou ao centro do debate após decisão judicial determinar que a Prefeitura regularize o serviço até 11 de dezembro. O texto foi formulado a partir do relatório final da Subcomissão do Serviço de Transporte Individual de Passageiros por Motocicleta, apresentado no dia anterior e construído após semanas de audiências, consultas técnicas e discussões entre parlamentares.

Regulação

Segundo o modelo proposto, a regulamentação deve incluir licenciamento comercial com placa vermelha, qualificação específica para condutores — com curso obrigatório e anotação de atividade remunerada na CNH —, além de regras de padronização e segurança, como cilindrada mínima e instalação de equipamentos de proteção. O PL também estabelece seguro obrigatório, restrições de circulação em vias rápidas, limitação de percurso para viagens curtas e o fornecimento de dados por telemetria pelas plataformas digitais para auxiliar na fiscalização.

Implementação

A implementação deve ocorrer inicialmente por meio de um projeto-piloto, medida considerada essencial pelos vereadores para avaliar impactos na segurança viária e no sistema de mobilidade. Mesmo com o parecer favorável da Comissão de Trânsito, o avanço do PL agora depende da retomada da análise na CCJ, etapa obrigatória antes do envio ao Plenário.